

A RÁDIO PATRULHA NA POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE

Arlan Eloi Leite da Silva⁴⁹

Este é o segundo capítulo da monografia intitulada Rádio Patrulha: policiamento ostensivo e tecnologia na cidade de Natal (1965-1970), defendida em 2008 no Curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. O primeiro capítulo analisa o surgimento da Rádio Patrulha na Polícia Militar brasileira, demonstrando as razões para a escolha do nome e as justificativas para a implantação dessa unidade militar de policiamento ostensivo motorizado, enquanto o terceiro capítulo, seguido das considerações finais, discorre sobre a relação da Rádio Patrulha com a população de Natal, por meio dos Boletins Diários da PMRN e da imprensa local, observando os tipos de ocorrências policiais e os tipos de indivíduos abordados pela Companhia. A presente pesquisa tem por objetivo analisar o surgimento da Companhia de Rádio Patrulha (CRP) na Polícia Militar do Rio Grande do Norte, em junho de 1965, identificando também as relações entre a polícia e o público. Assim, a Rádio Patrulha possibilitou à Polícia Militar romper com a prática do aquartelamento da tropa e, doravante, desenvolver estratégias de policiamento ostensivo no espaço urbano de Natal, conforme os desafios de segurança em cada contexto histórico. Daí verificamos o desdobramento dessa Companhia em vários outros grupos especiais como, por exemplo, o Pelotão de Choque.

Recebido em 03 de julho de 2024	Aprovado em 13 setembro de 2024
---------------------------------	---------------------------------

⁴⁹ Graduado e Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Soldado da Polícia Militar do Rio Grande do Norte (PMRN) no período de 2006 a 2013. Lecionou a disciplina História da PM no CFSd/PMRN em 2009 e 2010. Atualmente é Servidor da UFRN. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/16218664299641636>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4859-9345>.

1 Antecedentes Históricos

Há uma escassez da produção historiográfica sobre a Polícia Militar norte-rio-grandense. Na obra do escritor Rômulo Wanderley, em *História do Batalhão de Segurança*, verificamos o registro memorialista de alguns eventos históricos em que a Corporação participou no período das décadas de 1920 e 1930. Percebemos, na obra do referido autor, uma narrativa linear e evolutiva, identificando os fatos mais relevantes dessa instituição militar, como o combate à Coluna Prestes no Maranhão em 1925, o enfrentamento do bando de Lampeão em 1927 no atual município de Marcelino Vieira-RN, a participação no combate aos revoltosos paulistas em 1932 e a resistência aos integrantes do levante comunista de 1935 em Natal.⁵⁰ A partir da documentação pesquisada, podemos afirmar que a Polícia Militar era, sobretudo, uma tropa aquartelada, a qual aparecia de vez em quando para a manutenção da ordem vigente. A preocupação das autoridades policiais era manter a segurança das instituições estatais. Mesmo a PM constituindo-se fundamentalmente em uma tropa aquartelada, havia um patrulhamento do espaço urbano de Natal, em que o principal meio de deslocamento do efetivo policial era o cavalo,⁵¹ uma vez que o veículo motorizado ainda não fazia parte dos meios para um policiamento ostensivo na cidade.

Desse modo, o autor Sairo Silva observou que as forças policiais, no começo do século XX, realizavam o patrulhamento, “mas sob a perspectiva de atuação mais voltada para a questão da segurança territorial, não existindo a intenção mais ampla e significativa de segurança pública e de defesa do cidadão”.⁵² Até porque a “defesa do cidadão” é bem recente, uma vez que esta discussão

mais ampla surgiu a partir da Carta Constitucional de 1988.

Mas quando se lança luz sobre a formação técnica na Polícia Militar no início do século XX, percebemos que havia um treinamento limitado e precário. Assim como no contexto nacional, a Corporação potiguar, no período assinalado, tinha também uma incipiente formação técnica, a qual estava atrelada à formação militar do Exército Brasileiro. Em 1929, para exemplificar tal observação, o governo de Juvenal Lamartine baixou uma lei estadual em que permitiu o ingresso na Polícia Militar de Sargentos do Exército, os quais deveriam possuir o Curso Superior de Infantaria. Os referidos graduados já entravam na Corporação como Aspirantes a Oficial. Em 1936, teve início na instituição policial-militar o primeiro Curso de Candidatos a Oficial. No ano seguinte, foram aspirantados 14 Alunos Oficiais.⁵³ A despeito disso, não havia uma formação técnica para o grosso da tropa, compreendendo Cabos e Soldados, no que diz respeito ao patrulhamento das ruas, ao serviço policial militar propriamente dito.

Como frisado no capítulo anterior, depois da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos exerceram uma liderança mundial nos países do Ocidente, principalmente no Continente Sul-Americano. A política anticomunista norte-americana torneou as políticas de segurança interna dos países beneficiários como o Brasil. Sobre a referência estadunidense na polícia ostensiva, Sairo Silva ressaltou que

No percurso até a polícia ostensiva de hoje tem grande influência a história da polícia americana do final do século XVIII e século XIX em diante. De influência marcante sobre a realidade mundial, inclusive nas questões de segurança pública, percebe-se que o modelo atual brasileiro marcado pelo fator ostensividade e pela atuação reativa

50 WANDERLEY, Rômulo. *História do Batalhão de Segurança*: a Polícia Militar do Rio Grande do Norte, de 1834 a 1968. Natal: Edições Walter Pereira S/A, 1969.

51 Ibid., p. 24-31.

52 SILVA, Sairo Rogério da Rocha e. *Os saberes em potencial da atividade policial ostensiva*: sistematizando modelos a partir da experiência potiguar. Natal, 2007. Tese (Doutorado em Educação). UFRN. CCSA. Programa de Pós-Graduação em Educação. p. 42.

53 WANDERLEY, Rômulo. *História do Batalhão de Segurança*: a Polícia Militar do Rio Grande do Norte, de 1834 a 1968, p. 149-151.

obedece de certa maneira e em algumas peculiaridades à referida experiência.⁵⁴

A especialização da Polícia Militar brasileira percorreu um processo de amadurecimento em que adotou o modelo americano, mas na sua origem predominou a polícia ostensiva sob a égide militar, calcada na hierarquia e disciplina.⁵⁵ E a Polícia Militar potiguar só começou a participar dessa realidade ora discutida a partir da década de 1960, no contexto da ditadura militar de 1964.

Como ocorreu a especialização no serviço de polícia ostensiva na Corporação norte-riograndense? O que foi a Rádio Patrulha do ponto de vista da instituição policial-militar por meio da documentação produzida pela própria Corporação? Quais foram as transformações causadas pela inserção e ampliação dessa polícia ostensiva motorizada com rádio-comunicação?

2 A criação da Companhia de Rádio Patrulha potiguar

Em 1964, a ruptura constitucional no Brasil representou uma reação aos compromissos dos grupos trabalhistas com as esquerdas no clima da Guerra Fria. O golpe militar foi também contra o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), sua prática política e suas lideranças, pois os setores militares passaram a vê-lo como um inimigo a ser combatido.⁵⁶ Dois órgãos brasileiros que surgiram na década de 1960 e se alinharam à política anticomunista internacional foram o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, o IPES, fundado em 1962, e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática, o IBAD. Este último recebia orientação da CIA para defender junto à sociedade o capital estrangeiro, condenar a reforma agrária e recusar a

política externa independente. E o IPES representou os grupos mais conservadores e anticomunistas, os quais contribuíram para a derrubada do governo de Goulart.⁵⁷ Sobre os novos rumos estabelecidos no Brasil após a ruptura constitucional naquele ano, Jorge Ferreira observou que

Não casualmente a queda de Goulart foi seguida pelo declínio político dos trabalhistas, com vários parlamentares cassados e, mais tarde, com a própria extinção do partido, bem como pela grande repressão ao movimento sindical, com intervenções em diversas entidades, prisões e cerceamento das liberdades básicas, como o direito de greve.⁵⁸

No Rio Grande do Norte, o governador Aluizio Alves definiu-se pelo apoio ao golpe deflagrado pelos grupos conservadores e anticomunistas. O governador assumiu com os militares o poder da ditadura no Estado. A partir do Ato Institucional com as leis de exceção, Aluizio criou em seu governo uma Comissão de Investigações e contratou, no Estado de Pernambuco, dois policiais especializados, inclusive um deles fora treinado no FBI, nos Estados Unidos, a fim de procederem a investigações sobre os suspeitos de praticarem atos de subversão.⁵⁹ Ainda sobre o governo desse líder político potiguar, Henrique Alonso Pereira fez a seguinte observação:

[...] aquela liderança implementou um projeto de desenvolvimento ligado aos interesses norte-americanos. Calçado nas verbas provenientes da “Aliança para o Progresso”, Aluizio desenvolveu importantes realizações em diversos setores da administração estadual, especialmente no que se refere à implantação de uma infra-estrutura que procurava proporcionar desenvolvimento econômico. Por trás desse projeto de modernização, havia o interesse americano,

54 SILVA, Sairo Rogério da Rocha e. Os saberes em potencial da atividade policial ostensiva: sistematizando modelos a partir da experiência potiguar, p. 36.

55 Ibid., p. 39.

56 FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. Neves (Orgs.). O Brasil Republicano: o tempo de experiência democrática. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 400.

57 Ibid., p. 360.

58 Ibid., p. 400.

59 GALVÃO, Mailde Pinto. 1964: aconteceu em abril. 2. ed. Natal: EDUFRN, 2004. p. 32-34.

corroborado e ratificado pelo governo Aluísio Alves, de conter o “perigo” comunista.⁶⁰

Sendo assim, devido ao alinhamento do governo Aluísio Alves com os grupos ligados ao capital estrangeiro, sobretudo americano, esse líder político apoiou o golpe civil militar de 1964. Ele ajudou a estabelecer a nova ordem, rompendo com as suas feições populistas assumidas durante a campanha de 1960.⁶¹

No contexto desse “projeto de modernização”, verificamos a partir dos fatos ocorridos que as forças policiais, depois da implantação do regime de exceção, precisaram ser ampliadas e especializadas, a fim de potencializarem o sistema repressor do Estado no combate à subversão. Nesse mesmo período, foi criado na Polícia Militar potiguar o primeiro grupo especializado no policiamento ostensivo motorizado utilizando rádio-comunicação.

Esse tipo de policiamento ostensivo, no que diz respeito ao patrulhamento das ruas com o apoio de viaturas e rádio-comunicação, já havia sido implantado primeiramente no Rio de Janeiro e também em outros Estados, como em Pernambuco, o que já foi destacado no capítulo anterior. Desse modo, a Polícia Militar potiguar, a partir desses modelos já estabelecidos, implantou e adaptou esse novo policiamento à realidade da cidade de Natal.

O projeto para implantação da Rádio Patrulha teve início em março de 1965, quando uma reunião na Secretaria de Estado do Interior e Segurança Pública entre o Secretário de Segurança da época General Ulisses Cavalcanti e o Comandante Geral da Polícia Militar Coronel Milton Freire decidiu a criação desse novo policiamento na cidade de Natal. Então, após a

escolha dos Oficiais 1º Tenente PM Domilson Damázio da Silva e 2º Tenente PM José Freire Sobrinho para o comando da Rádio Patrulha, ambos foram ao Rio de Janeiro, na época Estado da Guanabara, com o objetivo de participarem de um estágio na Rádio Patrulha carioca, o que durou cerca de 20 (vinte) dias. Esses Oficiais potiguares trouxeram de lá os manuais e documentos necessários à execução do trabalho operacional a ser desenvolvido no Rio Grande do Norte.⁶² Segundo Domilson Damázio, que foi o primeiro Comandante da Rádio Patrulha:

Com apenas três meses previstos para sua inauguração, cuidamos inicialmente de formar a nossa equipe de trabalho (Oficiais Subalternos e Praças), a infra-estrutura da Companhia de Rádio Patrulha a ser criada (local de instalação, alojamento, equipamento, fardamento diferenciado, armamento, viaturas caracterizadas etc.), além da seleção das praças (Soldado PM) para composição do efetivo de 40 (quarenta) homens a serem incorporados na PMRN, destinados à RP, tudo isto já no mês de março de 1965.⁶³

Conforme o Boletim Diário da Polícia Militar, que transcreveu a Lei Estadual nº 3.252, datada de 4 de novembro de 1965, a Rádio Patrulha foi criada com o objetivo de

manter vigilância em Natal, e nas áreas pouco policiadas, realizar intervenções policiais de caráter urgente e atender ocorrências em geral nas quais sua presença seja reclamada ou se faça necessária para assegurar o respeito à Ordem Pública [...].⁶⁴

No parágrafo único da referida lei de criação, observamos que a Companhia de Rádio Patrulha tinha que exercer suas atribuições em permanente entendimento com as autoridades da Secretaria de Estado do Interior e Segurança.⁶⁵ A

60 PERERIA, Henrique Alonso. Memória política e populismo no Rio Grande do Norte. In: MORAIS, Grinaura Medeiros de; DANTAS, Eugenia. Livro de memórias. João Pessoa: Idéias, 2006. p. 187-188.

61 Ibid., p. 188.

62 Entrevista concedida ao autor pelo Sr. Domilson Damázio da Silva, no dia 23 de maio de 2008.

63 Ibid.

64 BOLETIM DIÁRIO DA POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE, n. 245, 9 nov. 1965.

65 Ibid.

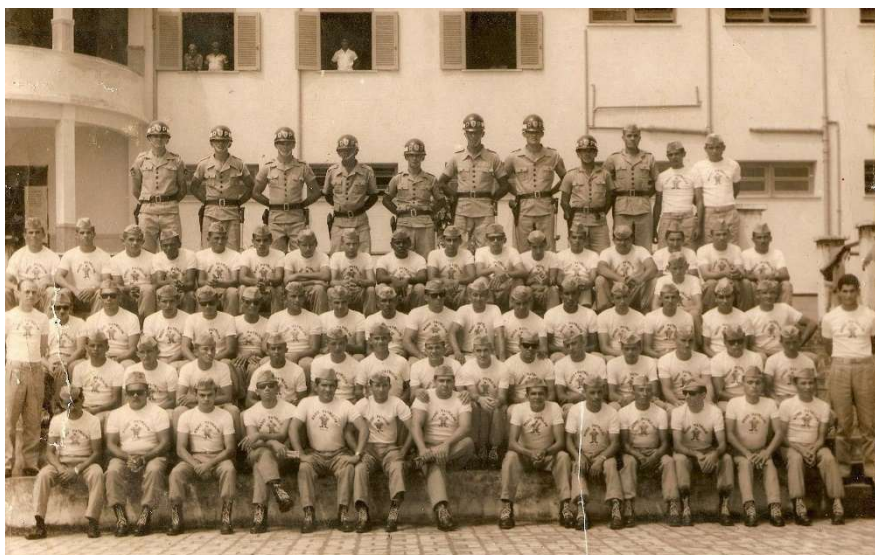
Rádio Patrulha estava subordinada operacionalmente a essa Secretaria de Estado.⁶⁶ Já havia um serviço de rádio patrulha ligado a essa Secretaria, no âmbito da Polícia Civil.

A escolha do Oficial Domilson para assumir o comando da Rádio Patrulha explica-se também pelo preparo intelectual e físico dele. O referido militar foi o primeiro lugar em sua Turma de Oficiais em 1962. Um ano depois, o então 2º Tenente Domilson foi indicado para realizar o Curso Superior de Educação Física pela Escola de Educação Física do Exército Brasileiro, localizada no Forte de São João, Rio de Janeiro. Esse curso durou cerca de 10 meses e, em dezembro de 1963, Domilson obteve um aproveitamento considerado “Muito Bom”.⁶⁷ Como já declarado anteriormente, o efetivo selecionado para compor esse novo policiamento na Corporação precisava ter um bom preparo físico. Naquele contexto, o Tenente

Domilson preenchia todas as exigências para comandar tal projeto policial-militar. Esse Oficial já era atleta do futebol de salão e do basquete desde os seus 11 anos de idade. E após o seu retorno do Rio de Janeiro em 1963, foi implantada na Polícia Militar potiguar a prática de educação física regular.⁶⁸ Mas a especialização na Corporação potiguar teve início mesmo no ano de 1965. A tropa já tinha a prática de educação física regular, a qual tinha sido estabelecida desde o início de 1964, cujo Oficial responsável era o então Tenente Domilson.

A Companhia de Rádio Patrulha (CRP) foi criada de fato no dia 1º de junho de 1965, conforme a Nota de Serviço nº 03 da Polícia Militar que regulou a solenidade de inauguração do “Policiamento Motorizado (Rádio Patrulha)”.⁶⁹ Sobre esse dia, o então Soldado, recém incorporado a Polícia Militar, Antonio Ramos declarou o seguinte:

A sua inauguração ocorreu no dia 1º de junho de 1965. Essa inauguração deu-se exatamente dentro do Quartel do Comando Geral, em uma das instalações que fica do lado esquerdo do prédio. [...]. Com a presença do Governador da época Aluísio Alves e do Comandante Geral Coronel Milton Freire. Foi uma coisa rápida, mas bem importante, porque foi um marco na história da gloriosa Polícia Militar. Eu fui escalado, nesse primeiro dia de serviço, como locutor, que fazia aquela comunicação com as viaturas, dando ordens, orientação e tirando as dúvidas também porque nós saímos da teoria e agora estávamos entrando na prática.⁷⁰



Patrulheiros da Rádio Patrulha em 1965.
(Acervo particular do Sr. Antônio Ramos Alves)

66 Entrevista concedida ao autor pelo Sr. Domilson Damázio da Silva, no dia 23 de maio de 2008.

67 Ibid.

68 Ibid.

69 BOLETIM DIÁRIO DA POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE, n. 118, 31 maio 1965.

70 Entrevista concedida ao autor pelo Sr. Antonio Ramos Alves, no dia 28 de maio de 2008.

Inicialmente essa Companhia recebeu da Secretaria de Estado do Interior e Segurança Pública uma frota de 6 (seis) veículos, ou seja, 5 (cinco) viaturas tipo Rural e 1 (um) Jeep, o qual servia para o trabalho de fiscalização efetuado pelos Oficiais Subalternos, Sargentos e até mesmo pelo próprio Comandante dessa Companhia operacional. E sobre o funcionamento do serviço diário, Domilson registrou o seguinte:

Mister se faz esclarecer que, para o desenvolvimento do serviço dispúnhamos de uma Central de Operações na sede da RP, com telefones fixos e rádio-comunicação nas viaturas, integradas ao Comando Geral da PMRN e Secretaria do Interior e Segurança Pública a quem éramos subordinados operacionalmente como acima informado, no propósito do acompanhamento e fiscalização concomitante de todas as atividades desenvolvidas diuturnamente, com pessoal interno e externo devidamente qualificado na área.⁷¹



As viaturas, tipo Rural, da Rádio Patrulha.
(Acervo particular do Sr. Domilson Damázio da Silva)

As viaturas, tipo Rural, tinham uma guarnição composta de 1 (um) Cabo, o comandante, 1 (um) Soldado motorista e 2 (dois) Soldados patrulheiros. O quadro de pessoal previsto para a Rádio Patrulha estava assim distribuído: Oficiais (um Capitão, um 1º Tenente e dois 2º Tenente); Praças (um Subtenente, um 1º Sargento, dois 2º Sargento, quatorze 3º Sargento, trinta e seis Cabos, dois Soldados corneteiros e sessenta e nove Soldados) e Especialistas (dois Subtenente, um 2º Sargento, um Cabo e vinte Soldados).⁷² No final de 1965, a RP apresentava um efetivo de 64 (sessenta e quatro) homens, 2

(dois) Oficiais, 7 (sete) Sargentos, 6 (seis) Cabos e 49 (quarenta e nove) Soldados.⁷³ No início dos anos de 1970, o efetivo já contava com cerca de 300 (trezentos) homens. Isso demonstra que o início da especialização na Polícia Militar norte-rio-grandense foi a inserção da Rádio Patrulha, a qual foi a base, o marco inicial, do policiamento ostensivo com tecnologia que conhecemos em nossa contemporaneidade.

⁷¹ Entrevista concedida ao autor pelo Sr. Domilson Damázio da Silva, no dia 23 de maio de 2008.

⁷² BOLETIM DIÁRIO DA POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE, n. 245, 9 nov. 1965.

⁷³ WANDERLEY, Rômulo. *História do Batalhão de Segurança: a Polícia Militar do Rio Grande do Norte, de 1834 a 1968*, p. 133.

A referida Companhia foi introduzida na área de segurança pública do Estado do Rio Grande do Norte com o objetivo também de ampliar o

atuou a Rádio Patrulha do ponto de vista da documentação da Polícia Militar? Será que a RP atuou simplesmente no combate ao considerado



complexo sistema repressor, no contexto do regime ditatorial imposto em 1964. A despeito disso, como

crime político? Que transformações ela trouxe para a Corporação?

Capitão PM Domilson Damázio da Silva, Comandante da CRP, ao lado do Jeep de Comando.
(Acervo particular do Sr. Domilson Damázio da Silva).

3 A Rádio Patrulha no cotidiano da Polícia Militar

Em meados dos anos de 1960, a Polícia Militar potiguar tinha um efetivo de 2.072 (dois mil e setenta e dois) homens.⁷⁴ Com a inserção da Rádio Patrulha como uma Subunidade operacional motorizada, precisava-se recrutar homens com um certo perfil para compor as fileiras dessa nova tropa. O ingresso de praças na CRP se dava por meio da inclusão de reservistas voluntários na Polícia Militar, os quais já eram inseridos na Companhia de Instrução, e de policiais que eram movimentados de outras unidades para a Rádio Patrulha. Com o intuito de incluir reservistas voluntários, o Comando da PM baixava as seguintes normas: o voluntário tinha que ser brasileiro, saber ler e escrever, ser reservista de 1ª ou 2ª categoria, com a idade de até 28 anos incompletos, ter altura a 1,58m, descalço, e haver sido julgado apto em inspeção de

saúde, entre outros.⁷⁵ Durante os primeiros anos de serviço da Rádio Patrulha, houve movimentações de praças para incrementar o seu efetivo. O reservista voluntário ao ingressar na Corporação era encaminhado para o treinamento na Companhia de Instrução e, logo em seguida, poderia ficar à disposição do novo serviço de policiamento ostensivo.

Passam à disposição da Companhia de Rádio Patrulha, os Soldados nº 67-006 Joaquim Antônio da Silva, 67-007 José Pedro dos Santos, 67-034 Antônio Pedro da Silva, 67-068 Sebastião Pedro de Araújo, 67-084 José Targino dos Santos, 67-086 Antônio Matias Soares, pertencentes à Companhia de Instrução; e como excedentes os Soldados nº 66-079 Francisco Dionísio Alves, 67-005 José Manuel Liberato, 67-035 Antônio Soares da Silva, 67-060 Geraldo Antônio

⁷⁴ Ibid., p. 157.

⁷⁵ BOLETIM DIÁRIO DA POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE, n. 2, 3 jan. 1970.

Pereira, pertencentes, também, à Companhia de Instrução.⁷⁶

Havia, outrossim, a movimentação de efetivo por necessidade do serviço específico da Rádio Patrulha, quando esta necessitava de policiais qualificados em atividades no policiamento ostensivo com tecnologia. Esses policiais não ficavam mais à disposição da Companhia, mas doravante fazendo parte do efetivo da mesma.

Transferência de praças – qualificação

Por necessidade do serviço, transfiro da Companhia de Instrução para a Companhia de Rádio Patrulha: o Soldado nº 67-006 Joaquim Antônio da Silva, que fica qualificado como locutor central do Centro de Controle e Segurança; o Soldado nº 67-007 José Pedro dos Santos, que fica qualificado como auxiliar do serviço de manutenção de rádio do referido Centro; o Soldado nº 67-034 Antônio Pedro da Silva, que fica qualificado como lubrificador do serviço de manutenção auto da Seção de Transporte Auto.⁷⁷

Desse modo, verificamos a composição do efetivo da Rádio Patrulha do ponto de vista da organização do Comando da Polícia Militar. Entretanto, mesmo a Corporação exigindo que o reservista voluntário soubesse ler e escrever, a realidade vivida era bem diferente, pois a maioria dos homens que ingressavam na PM eram semi-alfabetizados. Daí existia um desafio para o novo policiamento motorizado: qualificar o patrulheiro para que o mesmo pudesse desempenhar suas funções propostas e saber lidar com a tecnologia da época no fazer patrulhamento diário nas ruas da cidade. Segundo o primeiro Comandante da RP ao se referir a esse desafio ora discutido, declarou o seguinte:

Quando das instruções, nos deparamos com dificuldades, dentre elas a semi-alfabetização dos selecionados, pois em sua maioria (60% ou 70%) vinham do interior do Estado, tolhidos da vida e experiência da Capital, das coisas elementares tais como próprio o asseio corporal, o uso do sanitário e calçado, forma de vestir, cuidado na aparência, enfim, diante de suas culturas e formação rural, tivemos que reeducá-los, trabalho esse feito com muita paciência, carinho e dedicação com o nosso pessoal de apoio.⁷⁸

Além disso, foi estabelecido um quadro semanal de instruções para o efetivo da Companhia. Instruções essas para aperfeiçoarem técnica e fisicamente a tropa. Dessa forma, os patrulheiros foram treinados em Ordem Unida, Educação Física (prática de esporte), Polícia (Ação da Rádio Patrulha), Instrução Geral, Armamento e Tiro, Português, Matemática, Geografia e Higiene Militar.⁷⁹ Entre 1965 e 1967, o comando da Companhia procurou minimizar os problemas de semi-alfabetização do efetivo em que redobrou as instruções com o apoio da Secretaria de Educação do Governo do Estado. Daí foi criada a “Escola Regimental da Rádio Patrulha” com o objetivo de alfabetização dos patrulheiros.⁸⁰

O profissionalismo nas ocupações ligadas à função policial ostensiva está relacionado ao estabelecimento do salário mantido pelo Estado e a capacitação técnica para o trabalho através de instruções com enfoque mais voltado à formação militar.⁸¹

A Rádio Patrulha se constituía assim uma tropa diferenciada na Corporação, e a Secretaria de Segurança concedeu uma gratificação de 50% (cinquenta por cento) sobre o soldo dos

76 BOLETIM DIÁRIO DA POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE, n. 75, 5 abr. 1967.

77 Ibid., n. 79, 10 abr. 1967.

78 Entrevista concedida ao autor pelo Sr. Domilson Damázio da Silva, no dia 23 de maio de 2008.

79 BOLETIM DIÁRIO DA POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE, n. 124, 8 jun. 1966.

80 Entrevista concedida ao autor pelo Sr. Domilson Damázio da Silva, no dia 23 de maio de 2008.

81 SILVA, Sairo Rogério da Rocha e. *Os saberes em potencial da atividade policial ostensiva: sistematizando modelos a partir da experiência potiguar*, p. 91.

patrulheiros, para incentivá-los nesse serviço.⁸² Segundo Antonio Ramos, que ingressou na Polícia Militar como reservista voluntário (vindo do Exército Brasileiro) em 19 de março de 1965, o expediente para os patrulheiros na fase de preparação começava das 13h00 até as 17h00. O efetivo das outras unidades cumpria o expediente das 06h30 até as 12h00. Foram contratados dois professores civis para ministrarem instruções na prática do Karatê e Jiu-Jitsu. Além do mais, os Sargentos da RP ministravam instruções a partir dos manuais sobre rádio-comunicação. Entre os equipamentos para o policiamento ostensivo estava o bastão de madeira, pois os patrulheiros foram treinados para usarem, além do revólver calibre 38, um bastão com o punho raiado e cordão de nylon. Esse tipo de armamento era utilizado quando necessário para o controle de distúrbios. Em caso de tumulto em via pública, os patrulheiros estavam treinados para saber entrar, dispersar ou impedir uma multidão.⁸³ Para distinguir os integrantes da RP, foi estabelecido também o uniforme diferenciado do restante da Polícia Militar.

Nós usávamos um blusão cáqui por fora da calça, com botões pretos, aberto um pouco à altura da gola, um cinto preto com a cartucheira e mais o revólver. Os coturnos tinham cadarços brancos de nylon, assim como o dorsal. Também tínhamos o braçal branco em que estava escrito RP com um raio entre essas duas letras, que ficava do lado esquerdo.⁸⁴

Foi estabelecido um treinamento constante para o uso do armamento diferenciado próprio, isto é, “o bastão cacetete, o escudo, o gás lacrimogêneo, o revólver 38 [posteriormente foi criado um stand de tiro dentro do Quartel do Comando Geral sob a orientação de Oficiais PM], além do emprego do veículo na abordagem operacional isolado e/ou em missões especiais” com sua guarnição.⁸⁵

Os patrulheiros tinham alojamentos, banheiros independentes com divisões para Oficiais, Sargentos, Cabos e Soldados. A alimentação era feita no próprio Quartel do Comando Geral nos horários normais do restante da tropa. A Central de Controle e Segurança coordenava o deslocamento das viaturas do ponto base para o quartel, a fim de que os policiais patrulheiros pudessem fazer suas refeições. À noite, a partir das 22h00, as guarnições que estavam de serviço no patrulhamento das ruas da cidade podiam fazer um lanche num restaurante localizado no bairro da Ribeira. No final do mês, a Secretaria de Segurança efetuava o pagamento dessas despesas. Em 1968, o Comando da PM restabeleceu uma refeição noturna para o efetivo de serviço:

MERENDA NOTURNA – Restabelecimento.

Para as guarnições do quartel, da CRP e Prontidão do Corpo de Bombeiros, fica restabelecida a merenda noturna, a partir de 1º de maio vindouro, a ser fornecida pelo Rancho à base de 2 (dois) ovos cozidos, pão com manteiga e café, no valor *per capita* de NCr\$ 0,36 (trinta e seis centavos de cruzeiros).⁸⁶

Percebemos que a refeição dos policiais de serviço não era compatível com o esforço físico despendido por eles. As escalas compreendiam 24/48 (vinte e quatro por quarenta e oito) horas, ou seja, o policial passava um dia inteiro de serviço, tendo os seus horários de descanso que poderia ser no mínimo de duas horas, e dois dias de folga. Nessa folga, ele estava no quartel para cumprir expediente, instrução e/ou escalas de serviço extras. Os patrulheiros participavam dos cursos de aperfeiçoamento da Companhia nos horários de folga do serviço operacional.

82 BOLETIM DIÁRIO DA POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE, n. 245, 9 nov. 1965.

83 Entrevista concedida ao autor pelo Sr. Antonio Ramos Alves, no dia 28 de maio de 2008.

84 Ibid.

85 Entrevista concedida ao autor pelo Sr. Domilson Damázio da Silva, no dia 23 de maio de 2008.

86 BOLETIM DIÁRIO DA POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE, n. 99, 30 abr. 1968.

As viaturas identificadas em RP-1, RP-2 e assim por diante, cada qual composta de uma guarnição, obedeciam a normas de serviço,

pois na ausência de chamadas da população controladas pela Central de Operações, preventivamente, cobriam áreas determinadas nos principais bairros da Capital, como Ribeira, Grande Ponto, Alecrim, além de outros quando necessário diuturnamente.⁸⁷

Os locais designados para as viaturas nessa condição acima apresentada eram denominados de Ponto Base, os quais eram de vez em quando modificados. No Alecrim, as viaturas ficavam à Praça Gentil Ferreira; na Cidade Alta, ficavam na Avenida Rio Branco com a Avenida João Pessoa; e na Ribeira, elas estavam na Avenida Duque de Caxias próximo ao Terminal Rodoviário antigo. Assim, as viaturas ficavam de prontidão aguardando qualquer comunicação da Central de Operações.⁸⁸

A RP estava subordinada diretamente à Central de Operações, localizada no Quartel do Comando Geral da Polícia Militar. Então, todo o pedido de providências, vindo da população, deveria ser atendido com solicitude, até mesmo os de menor importância. A solicitação de um popular iria acionar a Seção de Operações Policiais, a qual funcionando cumpriria as seguintes etapas:

- 1- Central Telefônica (o telefonista atendia a chamada, registrava e encaminhava ao localizador);
- 2- Mapa de Localização e Controle (localizava a ocorrência, escalava a viatura e encaminhava a mensagem ao dirigente do Policiamento);
- 3- O Dirigente do Policiamento transformava a mensagem em ordem de serviço e a encaminhava ao locutor;

4- O locutor transmitia a ordem de serviço à viatura escalada.⁸⁹

Existiam quatro aparelhos telefônicos na Central daquela época. O primeiro número foi 1588 e depois passou a ser 190. As principais ocorrências registradas eram desordem, mormente no fim de semana, e a solicitação de auxílio da população.

O auxílio ao público, a polícia fazia na época que era mais comum levar mulheres grávidas para a Maternidade e até mesmo pessoas que sofriam algum acidente na rua. [...]. Pessoas doentes mentais, alterando dentro de casa, os familiares chamavam a Rádio Patrulha.⁹⁰

Os patrulheiros foram habilitados também para as urgências no que diz respeito aos primeiros socorros e deslocamento para as unidades hospitalares. Eles foram treinados em cursos ministrados e orientados pela Diretoria de Saúde da Corporação, tendo à frente o seu diretor-geral Coronel PM Pedro Germano da Costa. Dessa forma, a população poderia acionar a RP através de um simples telefonema ou até mesmo abordar uma viatura na rua, que estivesse em deslocamento ou parada num ponto estratégico da cidade.⁹¹ Verificamos que a Companhia também assumiu em Natal uma função de assistência ao público, principalmente às comunidades pobres que não tinham acesso a um serviço de urgência e/ou atendimento rápido nas ocorrências policiais mais comuns da época, que era a desordem, conforme destaca Antonio Ramos, patrulheiro nessa época, e a própria imprensa natalense dos anos 60 (edições da Tribuna do Norte do mês de dezembro de 1968).

Além das instruções necessárias ao serviço operacional e assistência ao público natalense, havia a prática de educação física regular e o esporte como atividade de lazer e integração dos componentes dessa unidade policial, uma vez que foi criado o “Grêmio Recreativo e Esportivo” da

⁸⁷ Entrevista concedida ao autor pelo Sr. Domilson Damázio da Silva, no dia 23 de maio de 2008.

⁸⁸ Entrevista concedida ao autor pelo Sr. Antonio Ramos Alves, no dia 28 de maio de 2008.

⁸⁹ WANDERLEY, Rômulo. *História do Batalhão de Segurança: a Polícia Militar do Rio Grande do Norte de 1834 a 1968*, p. 132-133.

⁹⁰ Entrevista concedida ao autor pelo Sr. Antonio Ramos Alves, no dia 28 de maio de 2008.

⁹¹ Entrevista concedida ao autor pelo Sr. Domilson Damázio da Silva, no dia 23 de maio de 2008.

RP para “incentivo e prática das equipes de futebol de campo e futebol de salão (futsal), em complementação à prática da educação física”.⁹² O historiador Bretas destacou que a “existência de grupos musicais e bandas ou de esportes praticados coletivamente pelos policiais formam um importante elemento na construção da solidariedade”.⁹³ Uma das características desse tipo de policiamento ostensivo motorizado era o preparo físico da tropa, assim como foi a Polícia Especial no Rio de Janeiro. Na Rádio Patrulha potiguar, a semana do seu aniversário era também o momento da tropa demonstrar os trabalhos desenvolvidos ao longo do ano.

Em 1967, pelo transcurso de 2 (dois) anos de trabalhos da RP, foi efetivada uma partida de futebol entre os patrulheiros e os bombeiros da Polícia Militar, em caráter amistoso.⁹⁴ No terceiro aniversário, em 1968, a RP comemorou estabelecendo uma programação em que trouxe

futebol de salão para os patrulheiros e os policiais de outras unidades, como o Corpo de Bombeiros e a Companhia de Instrução; demonstração de defesa pessoal na quadra de esportes do Comando Geral; demonstração das diversas formas de identificar, revistar, deter e conduzir elementos; palestra sobre o tema “Local de crime”, que foi proferida pelo perito criminal Valdemar Calíope; palestra na Rádio Cabugi sob o tema “A Rádio Patrulha em Natal”, a qual foi proferida pelo Sargento Júlio; e a exibição de um filme campal para a Corporação.⁹⁵ Em 1969, o quarto aniversário foi comemorado com jogos de futebol; exibição de filme; palestra proferida pelo escritor Rômulo Wanderley; missa; demonstração de educação física e do Pelotão Elétrico, que apresentava evoluções de marcha sem precisar de uma voz de comando para orientá-lo na execução dessa ordem unida.⁹⁶ Em 1970, não foi registrada nenhuma comemoração.



4º Aniversário da CRP, em 1969, com a presença do Comandante Capitão PM Domilson Damázio da Silva, do Coronel PM Milton Freire de Andrade, Comandante Geral da PMRN, e do Monsenhor Walfredo Gurgel, Governador do Rio Grande do Norte.
(Acervo particular do Sr. Domilson Damázio da Silva)

⁹² Ibid.

⁹³ BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p. 16.

⁹⁴ BOLETIM DIÁRIO DA POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE, n. 119, 31 maio 1967.

⁹⁵ Ibid., n. 120, 27 maio 1968.

⁹⁶ Ibid., n. 120, 28 maio 1969.

A Rádio Patrulha, devido ao seu trabalho de especialização e treinamento constante, era acionada como uma tropa de elite naquela época para cumprir diversas missões no Rio Grande do Norte. Por ocasião do Movimento Estudantil em 1968, a Companhia criou entre os seus próprios integrantes, os quais foram devidamente selecionados, o Pelotão de Choque, a fim de enfrentar turbas e proteger o patrimônio estadual. O mesmo foi apresentado de surpresa com “fardamento caracterizado, equipamento e armamento específico”.⁹⁷ Outrossim, a RP era chamada para trabalhar no policiamento das campanhas eleitorais da época, em que envolviam “Dinartistas” e “Aluizistas”. Diante de qualquer radicalismo político, a Companhia estava lá para estabelecer a ordem e dirimir os confrontos em via pública.⁹⁸

Em 1967, foi outorgada a Constituição da República Federativa do Brasil em que se objetivou institucionalizar e legalizar o regime militar. No que tange às Polícias Militares, o texto constitucional atribuiu as mesmas a competência de manter a ordem e a segurança interna, sendo antes de tudo forças auxiliares e reservas do Exército.⁹⁹ Isso significava que a PM podia agir legalmente usando a força, como tropa auxiliar do Exército, para reprimir quaisquer pessoas que alterassem a ordem pública.

Naquele mesmo ano, o Boletim Diário da Corporação registrou a participação da RP no policiamento dos festejos carnavalescos. Ela cobriu o policiamento dos Clubes América, Aero-Clube, ABC e Palácio dos Esportes, destacando uma viatura para cada um deles.¹⁰⁰ Em dezembro do referido ano, a Rádio Patrulha enviou 15 (quinze)

policiais para reforçar o dispositivo de segurança em Mossoró por ocasião da visita do Presidente da República naquela cidade.¹⁰¹ No Carnaval de 1970, a RP ficou com a missão de patrulhar as ruas da cidade e os locais de clubes. A Companhia trabalhou em conjunto com a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) e com o Departamento Estadual de Trânsito (DET). As áreas preferenciais de policiamento foram: Alecrim (Praça Gentil Ferreira e adjacências, inclusive região da Avenida 15); Ribeira (Avenida Duque de Caxias e Rua 15 de Novembro); e Rocas (Rua São João e Rua Expedicionário José Varela e praias). A RP destacou uma guarnição por clube nos seguintes locais: Tirol Tênis Clube, América FC e ABC FC.¹⁰²

SERVIÇO DE POLICIAMENTO DO CARNAVAL DE 1970

(Período de 7 a 10 de fevereiro de 1970) [...].

Participar da composição:

- de 5 patrulhas mistas, sendo 2 motorizadas e 3 a pé, constituída, cada uma, de 1 cabo e 2 soldados de cada Força Armada e de 2 soldados da PM RN, comandada por um sargento da Força Armada a cujo cargo estiver a patrulha.
- de um Grupo de Combate de Choque, em condições de ser empregado pelo Oficial Superior de Dia/Quartel Geral da ID/7 em qualquer ponto da cidade onde se fizer necessário.
- Rádio Patrulha – continuará sua missão normal, dando especial atenção aos locais dos Clubes e de casas de diversões, cooperando no transporte de presos ou detidos para as Delegacias. Porém, por iniciativa da Central, efetuar ronda nos locais vazios de policiamento efetivo. [...].¹⁰³

97 Entrevista concedida ao autor pelo Sr. Domilson Damázio da Silva, no dia 23 de maio de 2008.

98 Ibid.

99 Ver ARRUDA, Marcos; CALDEIRA, César. *Como surgiram as Constituições brasileiras*. Rio de Janeiro: FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional). Projeto Educação Popular para o Constituinte, 1986.

100 BOLETIM DIÁRIO DA POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE, n. 27, 2 fev. 1967.

101 Ibid., n. 14, 18 jan. 1968.

102 Ibid., n. 24, 30 jan. 1970.

103 Ibid., n. 30, 6 fev. 1970.

Os detidos eram conduzidos pela RP para a 1ª Delegacia, que compreendia os bairros do Centro, Petrópolis e Tirol, e para a 3ª Delegacia que cobria as áreas do Alecrim e Quintas.¹⁰⁴ Ainda no ano de 1967, foi montado o projeto para a implantação do Policiamento a Pé, realizado por dupla, a fim de complementar o Policiamento Motorizado, como já havia em outras Corporações policiais no Brasil. Então, a Secretaria de Segurança e o Comando da PM viabilizaram esse projeto no Rio Grande do Norte.¹⁰⁵ Coube ao comando da Rádio Patrulha selecionar e instruir o pessoal para essa nova atividade, o que causou um aumento significativo no efetivo da Companhia. A partir de 1968, a RP já se desdobrava em Pelotão de Policiamento Motorizado, Pelotão de Policiamento Ostensivo (PPO) e Pelotão de Trânsito (incluindo o setor de perícia). Cada um desses pelotões apresentava seu fardamento, equipamento e armamento próprios.¹⁰⁶

O PPO foi criado oficialmente em 21 de abril de 1968. Antonio Ramos, que na época já era 3º Sargento, trabalhou tanto na formação dos integrantes desse serviço, como no comando das duplas distribuídas no espaço urbano de Natal. A maioria dos policiais que formaram inicialmente o PPO viera das Forças Armadas, os quais já eram treinados na disciplina castrense. A formação desse pessoal esteve sob a responsabilidade dos Sargentos da RP. De acordo com as normas estabelecidas para tal atividade, cada dupla deveria ter a maior semelhança possível entre os dois indivíduos, tanto em cor, altura e físico. Segundo Ramos, essa semelhança permitiu a imprensa batizar as duplas de “Cosme e Damião”.¹⁰⁷ As duplas eram distribuídas por áreas no centro da cidade. Os policiais faziam um curso de patrulhamento definido, para que a população tivesse a impressão

de que em cada esquina poderia encontrar uma dupla do PPO. Isso trouxe um incremento ao efetivo da Rádio Patrulha, porque essas duplas davam apoio ao policiamento motorizado.

Da mesma forma das guarnições, os policiais do PPO tinham um ponto base provisório para o descanso. Eles paravam em determinados pontos da área definida, porém em constante prontidão. “A postura era sempre mãos para trás, peito erguido, barriga para dentro e os olhos atentos a qualquer movimento”.¹⁰⁸ Eram escaladas seis duplas por dia, e o rodízio para substituição daquelas que estavam no serviço era feito, de quatro em quatro horas, através de uma viatura tipo Pick-Up. Inicialmente, as duplas se concentraram no bairro da Cidade Alta e, posteriormente, elas foram escaladas também para o bairro da Ribeira.

PELOTÃO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO

Chefe/Policiamento – 3º Sgt PM Ramos

Motorista – PM Mot. Arnóbio

Duplas nºs – 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 23, 24, 25 e 26.¹⁰⁹

PELOTÃO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO

Chefe/Policiamento – 3º Sgt PM Cardoso

Motorista – PM Mot. J. Oliveira

Duplas nºs – 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20.¹¹⁰

Outra informação encontrada na documentação da Polícia Militar é o registro das punições disciplinares dos patrulheiros, em que percebemos as alterações no serviço, na folga e no

104 BOLETIM DIÁRIO DA POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE, n. 24, 30 jan. 1970.

105 Entrevista concedida ao autor pelo Sr. Domilson Damázio da Silva, no dia 23 de maio de 2008.

106 Ibid.

107 Entrevista concedida ao autor pelo Sr. Antonio Ramos Alves, no dia 28 de maio de 2008.

108 Ibid.

109 BOLETIM DIÁRIO DA POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE, n. 94, 24 abr. 1968.

110 Ibid., n. 95, 25 abr. 1968.

trato com o público natalense. Então, sobre os pilares que norteiam a caserna, Sairo Silva declarou que

Profissionalmente, congregando interesses, cultura e valores, o serviço policial militar tem na “Hierarquia e na disciplina militar” uma marca [...]. Por exemplo, numa das mais rotineiras atuações desse serviço, como a ação de presença ostensiva numa tarefa de vigilância ou patrulhamento, a “Hierarquia e disciplina militar” [sic] influencia desde os aspectos posturais ao aspecto da atenção vigilante. O policial militar em serviço ocupa a função, diga-se, de um agente de segurança pública ostensiva, mas, nessa situação básica de atuação, através de postura e iniciativa marciais, ou seja, numa conotação militar.¹¹¹

Dito em outras palavras: o policial militar era compelido a observar a hierarquia e a disciplina para cumprir o fim esperado. Mas entre essa teoria e a prática no cotidiano havia as contradições, que foram registradas nas punições disciplinares. E a punição impetrada pela autoridade militar visava justamente o reforço da disciplina. Corroborando com isso, o autor Holloway, que analisou o funcionamento institucional da Polícia Militar do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX, relatou o seguinte: “O controle do comportamento dos soldados por meio de seus oficiais superiores é um exemplo claro da disciplina militar e do *esprit de corps*”.¹¹² Dessa forma, os Oficiais eram chamados a impor uma disciplina interna que pusesse freio nas ações dos patrulheiros, a fim de defender sua honra e a reputação da Corporação.¹¹³

A punição é a resposta às transgressões disciplinares. De acordo com o Regulamento da Polícia Militar, transgressão “é qualquer violação da ética, dos deveres e das obrigações policiais-militares, [...] e qualquer omissão ou ação contrária

aos preceitos estatutários em leis, regulamentos, normas ou disposições, desde que não constituam crime”.¹¹⁴ As transgressões são classificadas em leve, média e grave, esta última quando afeta o “sentimento de dever, a honra pessoal, o pundonor policial-militar ou o decoro da classe”.¹¹⁵ Naquela época, a emissão das punições, baseadas na legislação da PM, era feita através de um documento chamado Parte, elaborado pela autoridade competente, que poderia ser o Comandante do policial punido, o Oficial-de-dia ao Quartel do Comando Geral e até mesmo um Oficial do Exército, que tomasse conhecimento da alteração de policial militar em via pública. As notas de punições, depois de aprovadas pelo Comando da PM, eram publicadas no Boletim Diário.

Devido ao contexto político do período estudado, o policial punido não tinha o direito ao contraditório, até porque o Estado brasileiro através de sua legislação institucional cerceava os direitos fundamentais do cidadão, em benefício do Estado de Segurança Nacional.¹¹⁶ Desse modo, as punições ora apresentadas neste trabalho, em que mostram o cotidiano da Rádio Patrulha, são passíveis de questionamentos. Um estudo aprofundado sobre essas fontes poderia revelar mais informações a respeito de tal processo na Corporação. A análise iniciada aqui não esgota o estudo sobre elas, antes abre a possibilidade de uma discussão mais complexa. O historiador Barros, enxergando a importância desse tipo de fonte, observou que

os historiadores sociais da atualidade têm precisamente prestado muita atenção a um vasto manancial de fontes que por muito tempo foi esquecido: os registros da polícia, os processos criminais – incluindo os depoimentos, as

111 SILVA, Sairo Rogério da Rocha e. *Os saberes em potencial da atividade policial ostensiva*: sistematizando modelos a partir da experiência potiguar, p. 84-85.

112 HOLLOWAY, Thomas. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997. p. 224.

113 Ibid., p. 224.

114 REGULAMENTO disciplinar da Polícia Militar do Rio Grande do Norte. Decreto n. 8.336, de 12 fev. 1982. cap. 1. p. 5.

115 Ibid., p. 6.

116 Ver FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo de experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 345-401.

confissões e as sentenças proferidas sobre determinado caso [...].¹¹⁷

As principais alterações dos patrulheiros na sociedade natalense eram o problema da embriaguez e suas conseqüências, e a freqüência aos lugares de prostituição da cidade, como o “baixo meretrício” da Ribeira, termo esse usado na documentação da época. No que diz respeito às alterações na abordagem policial, registrou-se o excesso do uso da força física, principalmente na condução de pessoas detidas pelas guarnições.¹¹⁸ Além disso, havia alterações por parte dos patrulheiros em colisão de viaturas; furto de combustível; uma propina registrada nesse período; e algumas agressões físicas entre os próprios companheiros da Rádio Patrulha. Contudo, o grande problema de alteração de praça, registrado nas fontes da PM, era a embriaguez e suas conseqüências. Com o objetivo de preservar a integridade moral e a dignidade humana dos policiais punidos, iremos registrar apenas a graduação dos mesmos.

Sobre as alterações de embriaguez, em que o militar se envolvia ora estando de folga, férias ou até mesmo, em caso extremo, no momento do serviço, um Sargento foi punido com 20 (vinte) dias de prisão por ter se embriagado, perambulado pelas ruas da cidade de Nova Cruz, quando se encontrava em gozo de férias, e efetuado disparos de arma de fogo em via pública.¹¹⁹ Um Soldado foi preso por 20 (vinte) dias, tendo incorrido numa transgressão grave, por ter se embriagado e provocado desordens em via pública na cidade de Natal.¹²⁰ Um Soldado foi excluído da Corporação por ter se embriagado, “comparecido em local incompatível

com o decoro policial-militar, danificado um automóvel pertencente a um civil, tornando-se dessa maneira incapaz moral e indisciplinarmente de continuar pertencendo” a Polícia Militar.¹²¹ Da mesma forma, um Sargento da RP foi excluído por ter ido ao interior do Estado sem a permissão do Comando, por ter se embriagado numa festa da cidade interiorana e ter efetuado disparos com sua arma, o que resultou em um homicídio no local. O referido graduado, de acordo com a nota de sua exclusão, evadiu-se da área sendo ignorado o seu paradeiro.¹²² Um Cabo patrulheiro foi punido com 15 (quinze) dias de prisão por ter se embriagado e, ao ser preso por uma guarnição da RP, “se insurgiu contra as ordens que recebeu, danificando inclusive a viatura que o conduziu” ao quartel da PM.¹²³

Nesse mesmo período, um Cabo e dois Soldados foram punidos com 20 (vinte) dias de prisão, por terem saído do serviço utilizando a viatura do Comando da Companhia, por terem se embriagado, “praticado desordens no bairro do Alecrim”, numa casa de prostituição, e efetuado vários disparos com suas armas.¹²⁴ Um Soldado foi preso por 8 (oito) dias, fazendo serviço no quartel, por ter se embriagado e “se empenhado numa luta corporal com civis, em via pública, e depois de preso por uma patrulha da Delegacia de Plantão, agredido fisicamente a um dos seus integrantes (investigador de polícia)”.¹²⁵ Um Soldado ficou preso por 15 (quinze) dias por ter se embriagado, agredido um vigia de um prédio do bairro da Ribeira, e por ter “caído e dormido nas calçadas da Rua Tavares de Lira”, do referido bairro.¹²⁶ E um Soldado foi punido com 10 (dez) dias de prisão por ter se embriagado e, portando uma faca, “praticado

117 BARROS, José D' Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p. 121.

118 A relação da RP com o público natalense será discutida no capítulo 3 deste trabalho.

119 BOLETIM DIÁRIO DA POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE, n. 55, 8 mar. 1967.

120 Ibid., n. 7, 10 jan. 1968.

121 Ibid., n. 52, 4 mar. 1968.

122 Ibid., n. 87, 16 abr. 1968.

123 Ibid., n. 196, 27 ago. 1969.

124 BOLETIM DIÁRIO DA POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE, n. 197, 28 ago. 1969.

125 Ibid., n. 232, 9 out. 1969.

126 Ibid., n. 58, 13 mar. 1970.

desordens em uma das praças da cidade de Parnamirim, chegando a agredir fisicamente a uma senhora e crianças que se achavam em um bar da referida praça”.¹²⁷

As alterações no uso das viaturas também foram registradas, o que expressam a dificuldade de alguns policiais com a inserção de tecnologia no policiamento ostensivo. Desse modo, um Cabo foi punido com 10 (dez) dias de prisão por ter colidido a viatura com um veículo civil que “se encontrava estacionado em local público, causando-lhe prejuízo e danos materiais”.¹²⁸ Foi registrado o furto de combustível de viatura quando um Sargento foi punido com 6 (seis) dias de prisão por ter “retirado ou permitido que fosse retirado combustível (gasolina), por diversas vezes, para um carro particular de um seu par, fato esse agravado por ser o mesmo responsável direto por sua guarda”.¹²⁹

Além disso, foi registrada também a ocorrência de uma propina quando um Soldado foi punido com 6 (seis) dias de detenção por ter sido “flagrado por um seu companheiro, pedindo propina a um civil; e por haver, assim, ofendido a moral e os bons costumes da Corporação”.¹³⁰ O convívio diário do patrolheiro com o público permitia estabelecer uma relação de poder em que o exercício da autoridade também significava obter vantagens sobre o cidadão. A prática da propina foi se estabelecendo pouco a pouco nessa relação contraditória e desvantajosa para o público. O policial é um indivíduo que faz parte de uma sociedade complexa e contraditória e que convive com a mesma nessas relações ambíguas, mesmo que o treinamento técnico ensine a correção de suas atitudes diante do público.

O patrolheiro, além de ser submetido a uma rigorosa disciplina militar, estava também submetido a uma carga de múltiplos serviços. O

tempo de folga não era suficiente para ele ter um bem-estar familiar e social. Em sua folga, o mesmo poderia ser convocado para cumprir uma escala de serviço extra, como por exemplo, o policiamento de um jogo de futebol. Dobrar o serviço de 24 (vinte e quatro) horas não era incomum, segundo fonte oral. Outrossim, o policial era mal remunerado, tanto é que o comando da Rádio Patrulha criou, com a aprovação da PM, a Caixa de Assistência¹³¹, a qual foi organizada a partir das contribuições financeiras de cada patrolheiro. Numa perspectiva de assistência social, o dinheiro depositado nessa Caixa visava socorrer os membros da RP quando algum deles estivesse numa situação financeira precária, o que não era difícil naquele período. E aquela gratificação de 50% (cinquenta por cento) sobre o soldo dos militares posteriormente foi retirada da RP, a fim de que fosse concedida uma gratificação de 25% (vinte e cinco por cento) para todo o efetivo da Polícia Militar.¹³²

No convívio diário dos patrolheiros no serviço e em sociedade, havia algumas alterações no que diz respeito a agressões mútuas. Mesmo tendo uma prática de esporte, como elo de entrosamento e de construção da solidariedade entre os milicianos e a rigorosa disciplina na caserna, existia conflitos que foram registrados na documentação da PM. Daí um Soldado foi punido com 8 (oito) dias de prisão por ter se embriagado e agredido fisicamente um seu companheiro na presença de superiores hierárquicos.¹³³ Noutra situação, um Soldado foi punido com 6 (seis) dias de prisão por ter, “a título de procurar satisfação pessoal a respeito de desentendimentos havidos com vizinhos seus, invadiu a residência de um colega (Sd PM), e

127 Ibid., n. 289, 28 dez. 1970.

128 Ibid., n. 88, 20 abr. 1967.

129 Ibid., n. 174, 1º ago. 1969.

130 Ibid., n. 263, 26 nov. 1970.

131 BOLETIM DIÁRIO DA POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE, n. 72, 27 mar. 1968.

132 Entrevista concedida ao autor pelo Sr. Domilson Damázio da Silva, no dia 23 de maio de 2008.

133 BOLETIM DIÁRIO DA POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE, n. 190, 26 ago. 1970.

desacatado [*sic*] a filha deste, a quem ameaçou de surrar”.¹³⁴

Um fato que deve ser mencionado neste trabalho é a participação da RP no apoio ao serviço do Corpo de Bombeiros, que na época era uma Companhia pertencente a Polícia Militar. Então, diante de um sinistro, acidentes graves ou mesmo de incêndios domésticos, a Rádio Patrulha trabalhava no isolamento da área da ocorrência e dava apoio às possíveis vítimas encontradas.¹³⁵

Outra informação deixada pelos registros documentais e testemunhais é a referência elogiosa impetrada à Rádio Patrulha. Segundo Domilson, o trabalho realizado pela Companhia foi elogiado já em 1965 em virtude do pronto atendimento às ocorrências policiais no dia a dia da cidade, bem como na prestação de auxílio ao público nos serviços de emergências.¹³⁶ Desse modo, a RP, ao participar do policiamento ostensivo dos eventos festivos da cidade, recebia elogios que foram registrados no Boletim Diário. Em 1967, o Administrador Apostólico de Natal, Dom Nivaldo Monte enviou ao Comandante Geral da PM um ofício em que agradecia a participação da Corporação e da Rádio Patrulha na Campanha da Fraternidade daquele ano:

Ilmo. Sr. Coronel Milton Freire – Comandante da Polícia Militar do Estado – Venho agradecer-lhe a sua colaboração e da Polícia Militar do Estado, bem como da Rádio Patrulha à Campanha da Fraternidade em 1967.¹³⁷

No âmbito da Corporação, o elogio é uma forma de recompensa aos considerados bons serviços prestados pelo policial militar. Existem os elogios individual e coletivo.¹³⁸ Em 1965, ainda na fase de experimentação do serviço operacional da Rádio Patrulha, o Comando da PM reconheceu os

bons serviços da Companhia emitindo um elogio individual ao seu comandante, o então Tenente Domilson:

1º Tenente PM DOMILSON DAMAZIO DA SILVA, Comandante da Companhia de Rádio Patrulha, em sua primeira apresentação pública, evidenciou a sua eficiência e capacidade no serviço de policiamento ostensivo. É o nosso mais novel serviço, mais granjeou a confiança e simpatia do povo natalense, graças ao fecundo trabalho desenvolvido pelo seu Comandante. É pois com prazer que louvo este leal companheiro e agradeço a colaboração prestada a este Comando.¹³⁹

Naquele período histórico, as paradas militares por ocasião do desfile em 7 de setembro eram estimuladas pelos governos, a fim de ressaltarem os valores cívicos da sociedade brasileira. Em virtude da parada militar em 1968, o Comandante da Rádio Patrulha solicitou ao Comando da PM a publicação em Boletim de referências elogiosas (individuais e coletivas) aos patrulheiros que se destacaram no desfile daquele ano. Assim, ao se referir às praças da Companhia, o Capitão Domilson elogiou:

Louvo e agradeço as praças em apreço pela boa apresentação da Subunidade no desfile militar do dia 7 de setembro, fruto de seus esforços, dedicação a instrução e ao trabalho. Graças as suas condutas é que a Cia. goza de simpatia e confiança do público. (COLETIVO).¹⁴⁰

Além disso, quando o militar se destacava na Corporação em razão do seu comportamento correto, o que significava não ter sofrido nenhuma punição disciplinar ao longo de um ou mais anos, ele era elogiado como recompensa tipificada no Regulamento disciplinar da PM, bem como exemplo a ser seguido pelos seus companheiros de farda. Dessa forma, durante o período pesquisado,

134 Ibid., n. 288, 26 dez. 1970.

135 Ibid., n. 96, 2 maio 1967.

136 Entrevista concedida ao autor pelo Sr. Domilson Damázio da Silva, no dia 23 de maio de 2008.

137 BOLETIM DIÁRIO DA POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE, n. 81, 12 abr. 1967.

138 REGULAMENTO disciplinar da Polícia Militar do Rio Grande do Norte. Decreto n. 8.336, de 12 fev. 1982. cap. 3. p. 14.

139 BOLETIM DIÁRIO DA POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE, n. 203, 15 set. 1965.

140 BOLETIM DIÁRIO DA POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE, n. 230, 9 out. 1968.

foi encontrada uma nota em que declarava o Soldado do ano da Rádio Patrulha:

SOLDADO DO ANO 1969 DA COMPANHIA
DE RÁDIO PATRULHA – Louvor e Aprovação

[...]

Sd PM nº 65-010 CÍCERO TEIXEIRA DE LIMA, desta Subunidade, agraciado por unanimidade como o “Soldado do Ano” da Cia., soube por seus méritos, ganhar a simpatia dos seus pares e superiores, calcado no seu comportamento e conduta profissional. Louvo e

agradeço ao Sd PM Teixeira, na certeza de que seu exemplo será seguido por muitos outros, para engrandecimento deste órgão e quiçá da Corporação (INDIVIDUAL). [...].¹⁴¹

Ratificando este relato encontrado nos documentos da Corporação, Holloway também percebeu que a Polícia Militar não enfatizava só o lado negativo da tropa, “já que os comandantes também recorriam ao incentivo do elogio para demonstrar aprovação por um trabalho bem feito”.¹⁴²



Desfile da tropa da CRP no Quartel do Comando Geral da PMRN.
(Acervo particular do Sr. Domilson Damázio da Silva)

Portanto, a Rádio Patrulha desenvolveu um serviço de atendimento ao público de forma diverso e complexo. Havia o combate e repressão aos considerados perturbadores da tranquilidade pública, mesmo que em outras ocasiões os próprios patrulheiros assumissem o papel de alteradores em via pública e nos espaços de prostituição, o que desencadeava uma rigorosa punição por parte do Comando da PM. A despeito disso, a Companhia também dava apoio ao trabalho do Corpo de

Bombeiros, atuava na disciplinarização do trânsito da cidade, inclusive realizando perícia e, mormente, prestava auxílio ao público carente no pronto atendimento das emergências do cotidiano de Natal. A documentação da PM silenciou-se a respeito da RP no combate ao crime político. Essa forma de atuação da Companhia, percebida por meio de fontes documentais e testemunhais, significa que ela trouxe uma dinamização ao serviço operacional da Polícia Militar. Na segunda metade

141 Ibid., n. 28, 4 fev. 1970.

142 HOLLOWAY, Thomas. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*, p. 225.

dos anos de 1960, a Corporação já possuía o Policiamento Motorizado, a Pé, de Trânsito e de Choque, também foi implantado o Serviço com

apoio de Cães (Canil). Tudo isso desenvolvido e colocado em prática a partir da base de especialização, que era a Rádio Patrulha potiguar.

REFERÊNCIAS

SILVA, Arlan Eloi Leite da. **Rádio Patrulha**: policiamento ostensivo e tecnologia na cidade de Natal (1965-1970). Orientador: Dr. Raimundo Nonato Araújo da Rocha. 2008. 65f. Monografia (Bacharelado em História), Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/53157>.